MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

328ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -

Brasília/DF, 25 de agosto de 2026

ATA DA 328ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 25 de agosto de 2026

LOCAL: 9º andar, Sala de Reuniões 902, MPS

PRESENÇAS

Representantes do Governo	**Representantes dos Trabalhadores em Atividade**
SRGPS – Benedito Adalberto Brunca	FS – Carlos Alberto Tomé
DATAPREV – Ana Cristina Evangelista	CUT – Ari Aloraldo do Nascimento
SAM – Letícia Gomes Maia	CTB – Michel Vaz Morrison
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	
MFAZ – Rodrigo Toneto	
SRGP – Raquel Maria Soares Freitas	
DRGPS – Eduardo da Silva Pereira	
SRGPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	**Representantes dos Empregadores**
CUT – Renato Carvalho Zulato	CNI – Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira
CSB – Ernesto Luiz Pereira Filho	CNC – Hélio Queiroz da Silva
FS – Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato	CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento

Equipe Técnica	**Palestrantes**
Secretaria Executiva – Anderson Fernandes Ferreira da Silva	INSS – Sônia Mariad e Souza
	INSS – Patrícia Coutinho

Ouvintes/Convidados
CNM – Mário Rattes
SRGPS/MPS - Miriam Fernandes de Faria
SRGPS/MPS – Eduardo da Silva Pereira
MPS – Vinicius Costa
DPMF/MPS – Álvaro Fagundes
INSS – Rolando Medeiros
INSS – Ricardo Rocha
INSS – Omar Ney Nogueira Morais
DIRBEN/INSS – Leonardo Bittencourt
DIRBEN/INSS – Ícaro Gama

ASCOM/INSS – Rafael

Agência Estado – Flávia Said

Valor Econômico – Jéssica Sant'Ana

Assessoria – Carine Rocha Ribeiro

CUT – Vitória Rodrigues Costa

ASCOM – Renata Brumano

ASCOM – Maria Vitória Albuquerque

TV Globo – Rafaela

Degrazia – Giovanna Perroni

CNN Brasil – Ranielly Aguiar

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** abriu a 328ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentando a todos(as). Informou que o Ministro da Previdência Social e Presidente do CNPS, Sr. Wolney Queiroz Maciel, o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social (MPS), Sr. Felipe Cavalcante e Silva, e a Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Sra. Ana Cristina Viana Silveira, estavam em uma audiência com o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, sobre as ações previdenciárias. Em seguida, aprovou-se a Ata da 327ª Reunião Ordinária do CNPS pela unanimidade dos(as) presentes. Adiante, deu as boas-vindas aos novos membros do CNPS: Sr. Rodrigo Toneto, representante do Ministério da Fazenda (MF) e Sr. Michel Vaz, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Ainda, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** falou sobre a ação da força-tarefa previdenciária contra fraudes, ocorrida em Minas Gerais, informando que tinham sido cumpridas 91 medidas da Justiça Federal. Resumiu que foram considerados 457 benefícios fraudados, 240 ainda ativos, totalizando um prejuízo estimado de R$ 86 milhões aos cofres públicos, resultando numa economia estimada que supera 35 milhões de reais.

II – ORDEM DO DIA

Ato seguinte, instaurou-se a pauta sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027 – Despesas Obrigatórias. Em posse da palavra, o Sr. **Eduardo Pereira,** Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social/Ministério da Previdência Social, explicou que a estimativa de gastos com as despesas obrigatórias do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) tinha sido revista. Detalhou os motivos que levaram à revisão, com destaque para o volume de benefícios concedidos em 2026. Informou que a previsão de despesas obrigatórias para 2027 tinha sido reduzida de R$ 1,223 trilhões para R$ 1,218 trilhões, uma redução de R$ 5 bilhões. Indicou que a previsão era de que houvesse uma nova redução da projeção e acrescentou que o PLOA seria encaminhado ao Congresso no final do mês de agosto. Aberto às manifestações, o Sr. **Hélio Queiroz da Silva** perguntou sobre o déficit da previdência para o exercício de 2026, ao que o Sr. **Eduardo Pereira** respondeu que era de aproximadamente R$ 320 bilhões, enquanto em 2025 foi de cerca de R$ 305 bilhões. O Sr. **Hélio Queiroz da Silva** demonstrou preocupação e sugeriu que o Conselho debatesse caminhos para reduzir a diferença da previdência nos anos seguintes, ao que o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** concordou com a preocupação, lembrou dos processos recentes de reforma da previdência social e mencionou que mais da metade do déficit era decorrente da proteção rural. Então, o Sr. **Eduardo Pereira** sugeriu que o déficit da previdência deveria ser debatido com base na dimensão da arrecadação, não apenas da redução das despesas. Após, o Sr. **Michel Vaz** pediu atualizações sobre a Lei n° 15.265/2025, que dispõe sobre limite de suplementação da Compensação Previdenciária (COMPREV), ao que o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** esclareceu que as capacidades operacionais do INSS em analisar os requerimentos estavam de acordo com o estimado e informou que o valor previsto do COMPREV era de R$ 8 bilhões. Não havendo mais manifestações, aprovou-se a revisão da proposta do PLOA 2027 pela unanimidade dos(as) presentes, com os votos favoráveis dos(as) Conselheiros(as): Hélio Queiroz da Silva, Jessica Mercês Ferreira do Nascimento, Ana Cristina Evangelista, Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira, Letícia Gomes Maia, Rodrigo Toneto, Ari Aloraldo do Nascimento, Carlos Alberto Tomé, Renato Carvalho Zulato, Ernesto Luiz

Pereira Filho, José Luiz Amorim, Eduardo de Vasconcellos Correira Annunciato e Michel Vaz. Também se manifestaram como favoráveis os(as) Conselheiros(as) Suplentes: Ubiramar Mendonça, Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza e Raquel Maria Soares Freitas. Ato seguinte, passou-se à pauta sobre a gestão do atendimento à população pelo INSS e pela Perícia Médica Federal. Com a palavra, o Sr. **Leonardo Bittencourt,** Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão/INSS resumiu que o INSS recebia, em média, 1,3 milhão de requerimentos por mês e destacou a queda no tempo médio de espera para análise dos requerimentos, que estava em 35 dias. Apresentou o tempo médio por tipo de benefício, informando que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que demorava mais para ser analisado, tinha uma espera média de 65 dias. Afirmou que a situação atual da espera por atendimento era a melhor do ano e disse que o INSS conseguia analisar mais requerimentos do que recebia por mês, apresentando a capacidade de analisar 1,6 milhão de benefícios ao mês, chegando ao melhor patamar desde janeiro de 2023. Adiante, tratou dos pilares da atual gestão do INSS, a saber: sentimento de pertencimento dos servidores; diálogo com base na escuta ativa dos servidores; melhoria da comunicação interna e com outros órgãos; foco no resultado para o cidadão e integração entre as áreas. Ainda, registrou as ações desenvolvidas pelo Instituto com base nos pilares citados, destacando as ações dos mutirões e diversos grupos de trabalho, nomeação de novos servidores e a parceria com a Dataprev. Anunciou o recorde de concessão de benefícios em 2026, que aumentou no percentual de 62% entre 2022 e 2026 e falou, também, sobre a redução no volume de reclamações sobre a demora na análise de requerimentos por meio da Ouvidoria que, igualmente, apresenta queda de mais de 60% nas reclamações relativas ao reconhecimento inicial de direitos. Continuamente, o Sr. **Álvaro Fagundes** apresentou a evolução do atendimento da perícia médica, destacando que, em novembro de 2025, eram 1,23 milhão de pessoas aguardando, número reduzido para 196 mil em agosto de 2026. Ilustrou a distribuição da demanda por Estado e tipo de benefício, reforçando que a previsão era de que 153 mil pessoas seriam atendidas em até 45 dias, das 196 mil que aguardavam à data. Falou sobre os mutirões que estavam sendo realizados, que visavam antecipar as perícias agendadas até o final do ano e lembrou das ações estruturadas na gestão do atendimento da perícia médica, destacando a nomeação de novos peritos médicos federais, a expansão da realização de perícia médica por telemedicina (Perícia Conectada) e a análise documental para reconhecimento inicial de direitos. Apresentou, também, os dados acerca da análise documental para reconhecimento inicial de direitos, informando que eram 72 mil processos aguardando conclusão, dos quais o mais antigo tinha quatro dias. Mostrou o mapa de calor com a quantidade total de requerimentos aguardando a perícia inicial por Estado e sumarizou que, em agosto, foram realizadas 60 mil perícias iniciais, 148 mil perícias de revisão, 115 mil para BPC, 10 mil reavaliações de deficiência e 6 mil de outros tipos, totalizando 341 mil perícias entre os dias 1 e 23. Acerca, ainda, das análises documentais, listou que foram 556 mil análises de requerimentos de benefícios por incapacidade temporária no mesmo período. Comparou o tempo médio de espera entre agosto de 2023, que era de 71 dias, com o tempo de espera à data, que chegou aos 17 dias em decorrência das ações estruturadas. Falou, também, sobre o Programa de Gerenciamento de Benefícios e discorreu sobre os motivos que levavam ao cancelamento das perícias agendadas, apontando como o principal motivo o não comparecimento do segurado, o que leva à necessidade de criar mecanismos para “lembrar” o segurado do agendamento e, consequentemente, diminuir o cancelamento e possibilitar a melhor utilização das vagas. Aberto às manifestações, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** cogitou que a demanda estaria se

deslocando para os processos judiciais, ao que o Sr. **Álvaro Fagundes** respondeu que a porcentagem de concessões era equivalente entre os modelos da perícia presencial e documental, sendo de aproximadamente 65% dos requerimentos. Esclareceu que a redução do tempo de espera para atendimento não foi resultado do aumento das negativas de benefícios e explicou que as análises documentais deixaram de avaliar apenas a forma e passaram a considerar o mérito dos documentos. Isto posto, o Sr. **Renato Carvalho Zulato** pediu que fossem apresentados os dados sobre os indeferimentos recentes de requerimentos e o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** relembrou que o tema seria pautado na presente reunião. Adiante, a Sra. **Letícia Gomes Maia** perguntou quantos dos requerimentos aguardando análise há mais de 45 dias eram previdenciários, ao que foi respondido que cerca de 136 mil processos. Já o Sr. **Michel Vaz** sugeriu que as próximas apresentações contassem também com o nível de satisfação dos beneficiários, ao que o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** reiterou que o índice estava diretamente ligado com a concessão dos benefícios, não com o atendimento em si. Dando continuidade à pauta, seguiu-se ao tema da Gestão de Integridade no INSS. Com a palavra, a Sra. **Ana Cristina Evangelista** informou que o INSS estava participando do Selo Prevenção à Corrupção, do Tribunal de Contas da União (TCU), e listou as ações desenvolvidas pelo Instituto, a saber: Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP); Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC); Programa Nacional de Combate à Corrupção (PNPC); Programa Nacional de Capacitação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e Reconhecimento da Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA) de Boa Governança. Discorreu sobre a nota alcançada pelo INSS em cada ação e as etapas para que o Instituto aumentasse a sua pontuação, assim como as atividades previstas. Na sequência, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** desejou que o CNPS se atentasse às questões voltadas à condição de trabalho no INSS, sugerindo que o Conselho promovesse reuniões em outras localidades além de Brasília e visitasse Agências da Previdência Social. Ato contínuo, avançou-se à pauta sobre o ingresso de novos servidores da carreira de Serviço Social e a expansão do atendimento do Serviço Social no INSS – Mutirão. Cedida a palavra, a Sra. **Sônia Mariad e Souza** discorreu sobre o papel do Serviço Social no processo de reconhecimento de direitos por meio da avaliação da deficiência para os benefícios assistenciais e previdenciários. Apresentou as estratégias utilizadas a partir de abril de 2026 para reduzir a demanda por avaliação social, incluindo a nomeação de assistentes sociais e os mutirões. Resumiu que, em janeiro de 2026, foram feitas 34 mil avaliações sociais, enquanto em julho de 2026 foram 126 mil avaliações. Aberto às manifestações, a Sra. **Letícia Gomes Maia** apontou que eram feitos 147 atendimentos por novo servidor, questionando se a informação incluía os mutirões e se, de fato, eram entre cinco e seis atendimentos por dia, por servidor. A Sra. **Sônia Mariad e Souza** respondeu que a média era que cada novo servidor fizesse seis atendimentos por dia no primeiro mês de trabalho, enquanto as agendas ordinárias previam sete avaliações por dia, considerando uma hora por atendimento. Por fim, instaurou-se a pauta sobre o "Supertec" para os processos de decisão sobre reconhecimento de direitos – concessão e indeferimento. Com a palavra, a Sra. **Patrícia Coutinho** confirmou que o número de concessões de benefícios tinha aumentado e insistiu que o INSS visava tomar a melhor decisão possível diante dos fatos apresentados nos requerimentos. Isto posto, apresentou a Supervisão Técnica como uma atividade permanente de acompanhamento e controle da qualidade dos processos de reconhecimento de direitos dos benefícios administrados pelo INSS. Detalhou o histórico de acompanhamento da qualidade das análises do Instituto desde 2019, como um projeto piloto; explicou que foi

reformulado em 2022, com a criação de critérios e métodos com validação estatística e que, hoje, é acompanhado e validado pelo Tribunal de Contas da União, reconhecido como boa prática do INSS e foi criado, também, o Índice de Conformidade, o qual faz parte do Plano de Ação do Instituto no monitoramento das análises. Indicou que o escopo da Supervisão Técnica seria expandido em 2027 para abranger as análises administrativas de cumprimentos de acórdãos e dos requerimentos de revisão administrativa e a manutenção de benefícios, cadastro e serviço social, além de continuar considerando os escopos atuais de análises administrativas do reconhecimento inicial de direitos e das decisões automáticas do reconhecimento inicial. Informou que, em 2022, foram analisados 7 mil benefícios, enquanto em 2025 o total chegou a 37,8 mil, ao passo que já tinham sido feitas 21,1 mil análises amostrais em 2026. Apresentou os indicadores de desempenho da qualidade, lembrou que a metodologia era validada pelo TCU e afirmou que, à data, 93,3% das decisões revisadas estavam corretas quanto ao mérito. Ainda, destacou a análise dos benefícios de legislação especial, de responsabilidade de um grupo especializado. Cedida a palavra, o Sr. **Michel Vaz** parabenizou o trabalho e a evolução no processo de análise.

III – ENCERRAMENTO

Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 328ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Ana Paula Nicole, Chefe de projetos, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 25 de agosto de 2026.